



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682449 - SC (2021/0233027-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : ISABEL FILLIPE TORRES  
**ADVOGADO** : ISABEL FILLIPE TORRES - SC058205  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : GUILHERME PEREIRA DE SOUZA CRUZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GUILHERME PEREIRA DE SOUZA CRUZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5021213-02.2021.8.24.0000).

O recorrente é réu em ação penal em que se apura a suposta prática de crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico. A prisão temporária foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de contemporaneidade das provas utilizadas para denunciar o paciente.

Afirma que o acusado possui residência fixa e ocupação lícita, predados que autorizariam a substituição da custódia *ante tempus* por medidas cautelares mais brandas, principalmente ao considerar que a quantidade de entorpecente apreendida não foi exorbitante.

Ressalta que não foi demonstrado, com base em elementos concretos, de que forma, em liberdade, o acusado poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

E, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tampouco a íntegra do acórdão proferido no *writ* originário, anexando apenas a ementa. A deficiência na instrução do *mandamus* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas, preferencialmente, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do acórdão impugnado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência